



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 Brasília/DF. Tel.:(61) 2027-3192/ 3344 –
E-mail: conanda@sdh.gov.br - Acesso: www.direitosdacrianca.gov.br

263ª Assembleia Ordinária do Conanda

1. PAUTA da 263ª Assembleia Ordinária

PAUTA DA 263ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA 12 e 13 de julho de 2017

12 de julho de 2017

09h – 12h: Reunião das Comissões Permanentes

CPP: Sala hall dos elevadores, 9º andar;

CMF: Sala de reuniões da SNDCA, 8º andar;

CDHAP: Sala de reuniões da SNPDDH, 9º andar;

COF: Sala de reuniões da SNPD, 8º andar.

12h-14h – Intervalo para Almoço

14h: Abertura e aprovação da pauta da 263ª Assembleia Ordinária

14h – 14h30: Informes

1. Oficina da SNDCA/MDH sobre o tema LGBT (04 de agosto)
2. Visita a respeito do SINASE da PB (Renato)
3. Audiência Pública em comemoração aos 27 anos do ECA na Câmara dos Deputados
4. Edital de Chamamento Público do Conanda/MDH

14h30 – 15h30 – Relatoria da Comissão de Políticas Públicas

15h30 – 16h30 – Relatoria da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHAP)

16h30 – 18h – Aprovação das resoluções dos Grupos Temáticos

18h0 – Encerramento do 1º dia da assembleia.

13 de julho de 2017

09h – 12h: Audiência pública em comemoração aos 27 anos do ECA – Câmara dos Deputados

12h-14h – Intervalo para Almoço

14h-15h – Aprovação dos Grupos de Trabalho (SGD e povos e comunidades tradicionais) Relatoria da Comissão de Orçamento e Finanças

15h-16h30 – Manifesto pela inclusão dos direitos da criança e do adolescente como conteúdo obrigatório nas diretrizes curriculares dos cursos de direito

16h30-18h - Relatoria da Comissão de Mobilização e Formação

18h – Encerramento da 263ª Assembleia Geral Ordinária.

Local: Sala da Educação Corporativa – Ministério dos Direitos Humanos, 10º andar.

RESUMO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA

PARTICIPANTES

Conselheiros Titulares Presentes:

Governamentais:

Claudia de Freitas Vidigal - Secretaria de Direitos da Criança e Adolescente

Felícia Santos - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Manoela Dutra Macedo - Casa Civil

Maria Clara das Graças Gontijo Guimarães Menna Barreto - Ministério da Educação

Juliana Maria Fernandes Pereira - Ministério do Desenvolvimento Social

Sociedade Civil:

Roberta Gomes Motta - Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços - ACM

Anna Beatriz Langue Peranovich Leite - Federação Nacional das APAES-FENAPAES

Catarina de Santana Silva - Fundação Fé e Alegria do Brasil

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular

Francisco Rodrigues Correia – Federação Nacional Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas

Lucimara Cavalcante - Associação Internacional Maylê Sara Kalí

Marco Antônio Soares - Central Única dos Trabalhadores - CUT

Renato Cesar Ribeiro Bonfim - Casa de Cultura Ilê Asé D' Osoguã – CCIAO

Romero Jose da Silva - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente- ANCED

Vitor Benez Pegler - Instituto Tellus

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani - Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC

Conselheiros Suplentes Presentes:

Governamentais

Claudio Luiz Pinheiro da Silva - Ministério do Esporte

Danyel Iório - SNDCA/MDH

Eduardo Nepomuceno – Ministério da Justiça

Kalid Nogueira – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Sociedade Civil:

Antonio Lacerda Souto - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Manoel Torquato Carvalho de Souza - Associação Nacional Criança Não é de Rua

Thais Nascimento Dantas - Instituto Alana

Iolete Ribeiro da Silva – Conselho Federal de Psicologia

Demais Participantes:

Ana Claudia Castro - UNESCO/Conanda/SNDCA/MDH

André Lima - Conanda/MDH

Arlete Alves - Conanda/MDH

Cleide Duarte - Conanda/MDH

Jean Marcos- Conanda//MDH

Marcia Rocha – Fórum Nacional dos Direitos da Criança e Adolescentes.

Mirian Santos – Representante CDCA/MG

Patricia Arantes - Conanda/MDH

Verena Martins - Coordenadora-Geral do Conanda/MDH

Maria Izabel da Silva – Flacso

Laina Peternella – Ministério do Planejamento

Faltas justificadas:

Luiz Claudio Barcelos – Ministério da Saúde

1. Abertura, aprovação da pauta da 263ª Assembleia Ordinária:

A Presidente do Conanda Sr.^a Claudia Vidigal faz abertura da 263ª Assembleia Ordinária e passa para o Vice- presidente o professor Marquinhos dar sequencias a assembleia, o mesmo da ciência dos informativos disponíveis a mesa como a pauta, os ofícios encaminhados que foram deliberados na última assembleia e esclarece ser necessário fazer uma inversão na pauta devido a apresentação do plano de aplicação na relatoria da COF considerando a necessidade de alguns conselheiros se ausentarem para uma audiência com a Ministra dos Direitos Humanos, a Sr.^a Luislinda Valois, não havendo coro qualificado para aprovação do plano. A pauta foi alterada e aprovada.

2. Informes:

a. Oficina da SNDCA sobre o tema LGBT (04 de agosto)

A realização da oficina para tratar do tema de crianças e adolescentes LGBTI promovida pela SNDCA, foi assunto abordado na reunião da Comissão da CPP e também na mesa diretora. Devido a impossibilidade de criar um grupo de trabalho nesse momento, será realizado a oficina. A secretaria ira então subsidiar a vinda dos três conselheiros suplentes: Sarah, Liorcino e Jose Felipe representantes do movimento LGBT, participaram da oficina representantes da saúde, educação e assistência.

b. Visita a respeito do SINASE da PB (Renato)

O conselheiro Renato fez um breve relato sobre a participação no grupo de trabalho sobre o Sinase em João Pessoa/PB e devido a situação solicita inclusão do assunto para próxima assembleia, a presidente do Conanda informa que será incluso.

c. Audiência Pública em comemoração aos 27 anos do ECA

Ocorrera no dia 13/07 audiência pública em comemoração aos 27 anos do ECA na Câmara dos Deputados Federal, às 9hs com a participação dos conselheiros. Houve solicitação desse conselho para que 10 conselheiros possam ter direito a fala e se faz necessário uma organização previa de quais temas devem ser prioritários para serem abordados. Destacou-se que todos os conselheiros devem participarem devido a interrupção na assembleia para a audiência pública.

d. Edital de chamamento Público do Conanda/MDH

O Conselheiro Danyel relata informações referente ao edital de chamamento público informando que a comissão de reuniu no último dia 11/07, após encerrado o prazo de recursos e dia 21/07 será publicado o resultado final. Informa que dentre as linhas que foi colocada no Edital somente de Rede de fóruns não terá projetos, as demais linhas tiveram projetos aprovados e as entidades serão convocadas a apresentar os planos de trabalho assim então finalizar o termo de colaboração e o empenho até o fim do ano.

Deliberações / Encaminhamentos:

1. Após a oficina da SNDCA sobre o tema LGBT deverão ser encaminhados relatórios para as comissões permanentes do Conanda.
2. Pedido de inclusão na pauta da 264ª assembleia ordinária a visita ao SINASE no Estado da Paraíba.
- 3.

3. Comissão de Políticas Públicas - CPP

Coordenadora: Conselheira Juliana Maria Fernandes Pereira

Relatora: Conselheira Catariana de Santana Silva

Principais pontos abordados:

a) Aprendizagem no contexto da Reforma do Ensino Médio.

A Conselheira Catarina dá início ao relato da comissão informando que dando continuidade ao assunto abordado na reunião passada, tiveram novamente um representante do Ministério da Educação para debater sobre os impactos profissionais na reforma do ensino médio. Foi debatido o assunto sobre currículo e não foi possível os esclarecimentos que a comissão esperava, entendeu-se que o MEC ainda não tem uma concepção sobre o que é aprendizagem profissional ainda não há um diálogo do trabalho sobre essa temática sendo preciso amadurecer o tema. Pelo fato de falta de esclarecimentos foi deliberado a criação de uma comissão com os conselheiros: Catarina, Juliana, Manoel, Deuzineia e Maria Clara, com o objetivo de criar um documento com algumas perguntas e alguns questionamentos para o MEC. A comissão vai tentar pautar o Conselho Nacional de Educação e provocar os Ministérios a pensarem juntos. A conselheira Catarina relata que representa o Conanda no Fórum Nacional de Aprendizagem e no final de maio começou a construção do Plano Nacional de Aprendizagem. O representante do MEC que esteve na reunião trabalha na área de segurança alimentar e não apresentava conhecimento sobre aprendizagem. Participaram da reunião a Rede Salesiana e Ibest- Instituto Brasileiro Pro Educação, e a preocupação central desse encontro e o direito do adolescente a aprendizagem. O conselheiro Renato relatou sua grande preocupação de como o novo ensino médio vai contribuir com os adolescentes em medida socioeducativa, pois adolescentes mal termina o ensino fundamental isso requer muita atenção. A conselheira Catarina relata que no momento esse não é o foco e a presidente do Conanda garante que a Coordenação do Sinase tem articulado essa questão junto ao Ministério da Educação.

b) Acolhimento Compulsório em Belo Horizonte:

A situação de bebês afastados do convívio das mães usuárias de crack e outras drogas em Belo Horizonte, foi trazido primeiramente para CPP como uma preocupação do Ministério da Saúde. Uma nota que foi construída pelo Ministério da Saúde e MDS, aprovada pelo Conanda e a partir dessa nota provocar o Ministério da Saúde. A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança Adolescente estava organizando uma missão para Belo Horizonte para tratar dessa questão, houve a articulação para incluir o Ministério da Saúde e o Ministério de Desenvolvimento Social e a CPP para fazer essa articulação e houve informe da Secretaria Claudia Vidigal que uma primeira missão será realizada com a participação do MDS, MS e CNJ, fica como encaminhamento que após a visita técnica organizada pela SNDCA com parceiros o tema será retornado para CPP ampliar a discussão com outros órgãos como SPM, foi retomado também na CPP uma preocupação em relação as mulheres em situação de rua principalmente que dão a luz fora do hospital sem assistência da saúde o que é prejudicial tanto para mulher quanto para criança e que seja referência para essa missão e as nota. CPP vai acompanhar os

desdobramentos e continuar acompanhando essa temática para subsidiar as incidências necessárias do Conanda a respeito do tema.

c) Ações prevista no planejamento da CPP com Grupos Temáticos propostos pelo Conanda.

I - Oficina LGBT

Em relação oficina LGBT ficou encaminhado na comissão algumas sugestões como: Convidar um representante da Rede ECPAT Brasil, Encaminhar a nota a respeito da violência contra os adolescentes LGBT conteúdo trabalhado pela conselheira Iolete; Encaminhar propostas de notas trabalhada pelos conselheiros do segmento para que eles possam também fazer contribuições: Acatar contribuição do conselho LGBT antes de fechar a redação e encaminhar para o pleno.

II - Letalidade:

As questões relativas a letalidade será encaminhada diretamente para os grupos temático. A CPP não irá trabalhar essas ações e sim esperar a composição dos GT.

III - Povos e Comunidades Tradicionais:

Com relação à pesquisa de povos e comunidades tradicionais foi definido que um grupo na CPP de alguns conselheiros já iram começar a pensar o objetivo da pesquisa e alguns subsídios e tão logo o GT seja constituído essas contribuições serão remetidas.

d) Contribuição com o documento Orientações Técnicas:

A CPP contribuiu com a consulta pública encaminhando suas contribuições no período indicado pelo MDS para o a construção do documento Orientações Técnicas, serviços de acolhimento para crianças.

e) Portaria nº 223 de 8 de junho de 2017, sobre recursos do confinamento Federal:

Sobre a portaria de recursos do confinamento Federal do Ministério Desenvolvimento Social para família acolhedora essa trata-se perspectiva já prevista no ECA mais que não estava totalmente implementada e somente em 2009 que a lei alterou o estatuto que insere vários dispositivos a respeito da convivência familiar e comunitária e que assegura que os municípios que recebem o confinamento do MDS para o serviço acolhimento para criança adolescente, poderão utilizar o recurso, inclusive para o pagamento de subsídio para família que recebe a criança para família acolhedora. O marco legal da primeira infância pautou o que faltava para que isso fosse possível.

f) Censo SUAS:

Com relação ao Censo SUAS a conselheira Iolete trouxe da comissão de enfrentamento à violência sexual a preocupação com a inclusão de informações a respeito do público LGBT no Censo Suas que foi uma questão trazida na reunião que ela acompanhou ela trouxe uniforme e o MDS já fez essa discussão interna e segurou que no Censo Suas será ampliado a captação de informações pelas unidades a respeito do atendimento a povos e comunidades tradicionais em relação ao segmento LGBT o encaminhamento foi que será incluído essa informação no prontuário que vai começara a ser implementado a partir de 2018, pois o formulário e preenchido no momento do atendimento por um profissional de nível superior, a captura dessa informação será mais qualificada e também é mais adequada e dentro do prontuário. Pois o Censo não levanta informações de pessoas e sim de atendimento de unidades, então o formulário que irá trazer realmente as informações das pessoas e famílias atendidas.

g) Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária:

Foi trazida pela mesa diretora em relação ao plano nacional de convivência familiar e comunitária, que alguns municípios estão solicitando ao Conanda orientações quanto o que fazer com o plano de convivência familiar e comunitária tendo em vista que o prazo do plano decenal se espirou, foi solicitado a CPP que formulasse uma resposta ao municípios e a resposta dessa comissão e que eles possam incorporar no plano decenal o plano de convivência, a presidente do Conanda vai falar com o presidente do CNAS para fechar um posicionamento de resposta para que os dois conselhos tenham o mesmo posicionamento diante do públicas e as legislações vigentes , fazer mapeamento sobre os planos temáticos por meio do evento das caravanas, aproveitar o encontro dos conselhos para o levantamento e construindo a metodologia para colheita de informações, inclusive de municípios e verificar com o Movimento Nacional pró CFC – Terra dos Homens se eles já têm algum levantamento.

h) Manifesto sobre o BPC:

Foi encaminhado à mesa diretora, após discursão na última assembleia a pauta referente a elaboração de um manifesto devido as alterações no BPC proposta na PEC 287. O questionamento seria se a proposta de manifesto seria produzido pelo Conanda ou apoiaria a nota do CNAS. Deliberou-se criar um manifesto em defesa do benefício de prestação continuada, apresentado e aprovado por esse pleno. O documento será distribuído à mesa e convidados na audiência pública em comemoração aos 27 anos do ECA.

Deliberações/Encaminhamentos:

1. Criação de um grupo dentro da CPP para aprofundamento da temática para apresentar um documento para o Ministério da Educação com dúvidas para subsidiar as proposições;
2. MEC e Fórum Nacional continuaram acompanhando o tema junto com a CPP;
3. O tema letalidade será trabalhado no grupo temático;
4. O acumulado de conhecimento será encaminhado para o GT de povos e comunidades tradicionais;
5. A CPP irá encaminhar todo material que tem sobre o tema LGBT para subsidiar a oficina da SNDCA;
6. Pedido de inclusão do tema LGBT nos GT'S de povos e comunidades tradicionais e letalidade;
7. Após visita técnica organizada pela SNDCA com parceiros o tema será retornado para CPP ampliar a discussão com outros órgãos como SPM;
8. Tendo o prazo expirado os estados e municípios poderão criar seus planos tendo como diretriz o plano nacional, não deixando de lado as políticas públicas e as legislações vigentes. O tema de CFC poderá ser incluído no Plano decenal;
9. A presidente vai falar com o presidente do CNAS para fechar um posicionamento de resposta para que os dois conselhos tenham o mesmo posicionamento diante do tema;
10. Fazer mapeamento sobre os planos temáticos por meio do evento das caravanas;
11. Aproveitar o encontro dos conselhos para o levantamento e construindo a metodologia para colheita de informações, inclusive de municípios;
12. Verificar com o Movimento Nacional pró CFC – Terra dos Homens se eles já têm algum levantamento;
13. Aprovação do manifesto BPC.
14. Distribuição do manifesto do BPC na audiência pública comemoração aos 27 anos do ECA.

4. Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar / CDHAP

Coordenadora: Avelina Neta

Relatora: Jimena Grignani

Principais pontos abordados:

a. Monitoramento das PL'S e PEC'S.

A conselheira Jimena inicia o relato da CDHAP abordando a questão de monitoramento dos PL'S E PEC'S que fazem parte do planejamento estratégicos da comissão.

PL 231 – Trabalho Artístico e Desportivo de Crianças e Adolescentes: A discursão durante a comissão foi referente a um pedido sobre posicionamento do Conanda sobre o PL, a comissão dá um parecer contrário ao texto original e não o substitutivo, ponto principal é a transferência do poder de autorização para a família, tirando assim a autorização judiciária que deve ser mantido sob a perspectiva do ECA que deve ser na especialidade, como trabalho artístico, não

participação artística. O vice-presidente do Conanda indica a Conselheira Thais para acompanhar essa audiência e a mesma aceita e pede que averigüe as datas. Fica então aprovada a indicação das conselheiras Thais e Deuzinea para esse acompanhamento e no momento mais adequado esse conselho volta a esse debate.

PL5452/2016 (origem no PL 618/2015) Trata de tipificar o crime de divulgação de cena de estupro e prever causa de aumento de pena para o crime se for cometido por duas ou mais pessoas. O relatório substitutivo na CCJ do Deputado Fabio Ramalho acrescenta a possibilidade de redução de pena para alguns casos inclusive estupro de vulnerável que não se provasse danos físicos, ouve o pedido de que esse projeto tramitação na comissão de Direito da mulher como a relatoria ficou a cargo do da deputada Laura Carneiro ocorreu uma série de reuniões de incidência e contribuição para alteração de PL, foram retiradas as partes que se referiam a estupro de vulnerável e qualquer questão em relação a vida anterior da vítima, pois ele citava se a vítima tivesse vida sexual ativa e isso diminuiria pena do esturpador. Então isso tudo foi retirado e o novo relatório da deputada Laura está preste a ser aprovado, como encaminhamento gostaríamos de encaminhar um ofício ao STJ para envio de dados um diagnóstico sobre as decisões judiciais que tratam essa pauta.

PL 413/ 2014 – Cria o Sistema Nacional de Educação – Previa em dois anos a regulamentação do Sistema de Educação para garantir as metas do PNE para que essas sejam executadas, encaminhamento que forma pedidos a plenária é o posicionamento da aprovação desse PL incluindo a definição de responsabilidades dos entes Federado, a comissão não tem o texto de posicionamento então se vocês acham que o critério seria primeira elaboração do texto pela que a gente encaminha na próxima plenária, o conselheiro Romero relata que a Fundação Abrinq se dispõem contribuir e fica como encaminhamento providenciar o texto.

PEC 15 – Constituição do FUNDEB - A comissão propõe posicionamento desse constitucionalização do mecanismo de financiamento da educação.

b. Manifesto sobre inclusão dos direitos das crianças e adolescentes como conteúdo nos cursos de direito;

A conselheira Thais relata a importância de se aprovar o texto e formalizar a OAB o interesse a apresentar a manifestação pois a assembleia será entre agosto e setembro. O conselheiro Danyel pede que a secretaria executiva já envie o texto a todos os conselheiros e que no dia seguinte seja apresentado e deliberado.

c. GT de infância e mídia, da comissão niño sur.

Em 2015 o Brasil foi sede da RAAD e ali se definiu a criação de um Grupo de Trabalho sobre infância e mídia, esse GT está sendo formado e está pendente a indicação do representante do Brasil, a primeira reunião deverá acontecer entre 2 e 4 de outubro em Lima no Peru. Pergunta se a Secretaria como está o processo e como deverá ser a representação? O conselheiro Danyel irá verificar como está o andamento.

O vice presidente retoma a fala para deliberar a votação da resolução conjunta Conanda/CONARE/CNIg e DPU passa para conselheira Juliana relata uma correção no texto e como todos os conselheiros recebeu com antecedência poderão avaliar o texto da resolução e colocada em votação e aprovada por unanimidade.

d. Regulamentação do FUPEN.

Abre se discussão sobre a regulamentação do repasse do fundo penitenciário a partir da realidade dos Estados que são diferentes, e não temos ainda uma regulamentação própria do Sinase, o conselheiro Danyel relata que a medida provisória 781 e uma reedição da 755 por enquanto até ela virar lei de fato, iniciou tratativas com o Ministério da Justiça para começar o processo de regulamentação. A SNDCA tem acompanhando o andamento junto a DEPEN e esperando que de fato a medida provisória seja aprovada. O conselheiro Romero relata que a sociedade civil não e de acordo com esse formato, pois se vive hoje a discursão sobre aumento do tempo de internação ver o orçamentário partindo do fundo penitenciário pode comprometer ainda mais a situação dos adolescentes no sistema socioeducativo.

e. APAC -

A conselheira Jimena pede inclusão na próxima pauta da 264^a da APAC enquanto modelo para socioeducativo, conforme decisão da ministra do STF, e solicita a coordenação do Sinase um parecer técnico sobre divergências entre o modelo da APAC e o SINASE. A conselheira informa que a ANCED está produzindo um documento para contribuir sobre as divergências entre o modelo da APAC e o SINASE. O conselheiro Manoel solicita que entre na pauta da comissão a discursão sobre o PLS 5740/2016.

f. INFOMES:

A conselheira Glicia solicita que seja enviado para seu e-mail as atas desse ano ou relatórios executivos, a conselheira Jimena pede que se estenda a todos os conselheiros.

Deliberações/Encaminhamentos:

1. Aprovação da Resolução conjunta que estabelece procedimentos de identificação preliminar, atenção e proteção para criança e adolescente desacompanhados ou separados.
2. Aprovação com a ressalva da Comissão de que o Conanda elabore uma resolução própria que tratará especificamente sobre a proteção de crianças e adolescentes migrantes após a entrada e permanência no País;

3. Aprovação do manifesto pela inclusão dos direitos da criança e do adolescente como conteúdo obrigatório nas diretrizes curriculares dos cursos de direito;
4. Envio do manifesto ao CNE e ao Conselho Federal da OAB, CNMP, CNJ e ANADEP;
5. Solicitar agenda com ambos.
6. Apresentação da nota na assembleia da OAB, no dia 22 de agosto de 2017. Formalizar a OAB o interesse de apresentar a manifestação;
7. Reiterar junto ao MRE para agilização dos procedimentos formais sobre a visita da comissão interamericana de DH sobre as medidas socioeducativas;
8. Comissão elaborara um texto sobre posicionamento do Conanda para apresentação na 264ªAO;
9. Encaminhar ofício ao STJ/CNJ para envio de dados (diagnóstico) sobre as decisões judiciais que tratam dessa pauta, principalmente os que se referem a pratica desse tipo de violência, que na sua maioria absolvem os que cometem o crime;
10. Pedido do Manoel Torquato para inclusão no acompanhamento da Comissão;
11. Pedir para o Hélio verificar como está o andamento do PL;
12. PL 231 - Compartilhar nova versão do texto do posicionamento produzido pela comissão com os demais conselheiros para contribuições, até 15 dias após a plenária. Data limite: 28 de julho;
13. Inclusão na pauta da 264ª a APAC enquanto o modelo para socioeducativo, conforme decisão da ministra do STF;
14. Solicitar da coordenação do SINASE os subsídios técnicos, sobre as implicações do modelo APAC sobre a implementação do SINASE;
15. Convidar representante do CNJ para vir dialogar com a CDHAP sobre as APACs no que tange ao SINASE;
16. Convidar a Sra. Ruth Leite, de Fortaleza para tratar da APAC na Comissão;
17. A ANCED está produzindo um documento sobre as convergências e divergências do modelo APAC para adolescentes, que contribuirá na discussão;
18. GT de infância e mídia, da comissão niño sur o gabinete da SNDCA irá verificar se chegou convite e sobre a participação do conselho e consultar a SNDCA e qual status desse processo, e se a representação deverá ser de membro governamental ou sociedade civil.

4. Aprovação das resoluções dos Grupos Temáticos:

a. Aprovação da resolução de instituição do grupo temático de letalidade.

A presidente do Conanda faz a leitura da resolução que cria o grupo temático que tratará do SGD com a finalidade de formular e propor estratégias de articulação de políticas públicas e serviços para a prevenção e o enfrentamento da violência letal de crianças e adolescentes foram feitos e posteriormente a resolução foi aprovada.

b. Aprovação da resolução de instituição do grupo temático de povos e comunidades tradicionais.

E feita a leitura da resolução que cria o grupo temático com a finalidade de formular e propor estratégias de articulação de políticas públicas e serviços para o atendimento e para a promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais. Devido a alguma divergência quanto a definição de quem seria o público alvo para esse GT é encerrada a assembleia e acordado que retomam no dia seguinte a votação da Resolução.

13/03/2017 - Segundo dia da 263ª Assembleia Ordinária

1. Abertura

O Vice - Presidente do Conanda o professor Marquinhos faz a abertura do segundo dia da 263ª Assembleia Ordinária relatando as alterações na pauta realizadas no dia anterior. Iniciarão as deliberações das resoluções dos grupos temáticos.

2. Continuação da aprovação das resoluções dos Grupos Temáticos:

a) Aprovação da resolução de instituição do grupo temático de povos e comunidades tradicionais.

A presidente do Conanda retoma a leitura da resolução que cria o grupo temático com a finalidade de formular e propor estratégias de articulação de políticas públicas e serviços para o atendimento e para a promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais. Após a leitura e algumas alterações a mesma foi aprovada por unanimidade.

b) Aprovação da resolução que cria o grupo temático que tratará do SGD – Resolução 113

A presidente faz a leitura da resolução que cria o grupo temático que tratará do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescentes com a finalidade de propor estratégias de aprimoramento e fortalecimentos dos direitos da criança e adolescentes. O grupo temático definirá planos de trabalho e metodologia de políticas públicas e serviços para a prevenção e o enfrentamento da violência letal de crianças e adolescentes, a resolução é aprovada por unanimidade.

3. Continuação da relatoria das Comissões:

a) Comissão de Orçamento e Finanças - COF

Coordenador: Edmundo Ribeiro Kroger
Relatoria: Danyel Iório de Lima

Principais pontos abordados: O conselheiro Danyel informa a ausência do conselheiro Edmundo que por motivo pessoal não pode estar presente e que ele fará a relatoria da comissão e que irá abordar apenas 2 tópicos sendo que um deles exige corpo qualificado.

a) Resolução 137:

Resolução 137 já aprovada pela plenária no entanto foi enviada a assessoria jurídica e retornou com uma cautela que foi acatada pela COF, que trata da inclusão do parágrafo 2º do artigo 16. Após a leitura do item incluso a resolução foi aprovada por unanimidade.

b) Proposta do Plano de Aplicação do FNCA;

O conselheiro Danyel relata que foi aprovado na COF um plano de aplicação maior que os recursos disponíveis do orçamento para garantir que executamos 100% recursos do fundo. Ele apresenta a planilha com detalhes dos valores disponíveis e que com o planejamento bi anual por ter convênios que são mais de um ano. A presidente do Conanda esclarece a importância da execução de todos os recursos para não cair o valor no próximo ano. Após apresentação da planilha e vários questionamentos passam a verificação do coro e com a presença de 23 conselheiros e encaminhada a votação. Aprovado por unanimidade o plano de aplicação apresentado.

Deliberações e encaminhamentos:

1. Aprovação da resolução que inclui o parágrafo 2º do artigo 16 da Resolução 137, de 21 de janeiro de 2010, após análise da área jurídica do MDH.
2. Aprovação do Plano de aplicação 2017.

4. Manifesto pela inclusão dos direitos da criança e do adolescente como conteúdo obrigatório nas diretrizes curriculares dos cursos de direito;

A conselheira Thais faz leitura do texto que já passou pela CDHAP e foi distribuído para os conselheiros, o texto foi lido pela presidente do Conselho e aprovado, a conselheira Glicia pede que encaminhe o texto no dia da assembleia da OAB pois todos os conselheiros federais estarão presente e fica acordado da mesma encaminhar à secretaria executiva do conselho a data.

5. Informe:

A presidente do Conanda pede a fala e relata sua saída da SNDCA e faz um agradecimento a todos. A conselheira Glicia agradece a participação da presidente do Conanda e do conselheiro Romero no Congresso da OAB no Rio de Janeiro e diz que significou muito ter o Conanda dentro do espaço da OAB e da importância para a militância dos direitos da criança e adolescentes essa participação.

Deliberações e encaminhamentos:

1. Manifesto aprovado.

6. Continuação da relatoria das Comissões:

a. **Comissão de Mobilização e Formação – CMF**

Coordenadora: Conselheira Lucimara Cavalcante
Relatora: Seppir

Principais pontos abordados: A conselheira Lucimara inicia a relatoria da comissão informando sobre o cronograma da Resolução de participação de adolescentes destacando os prazos estipulados da mesma. A CMF juntamente com assessoria técnica SNDCA trabalharam verificando ponto a ponto cada resolução e encaminharam aos conselheiros para que fizessem contribuições, e não houve manifestação alguma.

a) **Resolução de Convocação dos Conselhos Estaduais:**

A conselheira Roberta faz a leitura da resolução que dispõe sobre a convocação dos Conselhos Estaduais e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente para escolha e indicação de adolescentes que comporão o Comitê de Participação de Adolescentes – CPA, em conformidade com o disposto na Resolução nº 191/2017. Após a leitura a resolução aprovada por unanimidade.

b) **Resolução de Orientações a Participação com Proteção:**

A conselheira Roberta faz a leitura da resolução que aprova o documento Orientações para Participação com Proteção do Comitê de Participação de Adolescentes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução aprovada por unanimidade.

c) **Resolução que institui a Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente:**

A conselheira Roberta faz a leitura das alterações da resolução que institui a Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências após os ajustes propostos pela área jurídica do MDH e aprovada por unanimidade.

d) **Projeto Caravanas:**

A conselheira Roberta apresenta a proposta de cronograma de datas tendo em vista que o primeiro encontro será em agosto se faz necessário passar para Flacso com urgência esses dados. Sugestão de calendário:

7 e 8 de AGOSTO – NACIONAL

20 e 21 de SETEMBRO - PB

4 E 5 DE OUTUBRO – MS

22 E 23 DE NOVEMBRO – RS

06 E 07 DE DEZEMBRO – TEMATICA

21 E 22 DE FEVEREIRO – AM

21 E 22 DE MARÇO – ES

DATA/2018 A DEFINIR – TEMÁTICA

A conselheira Jimena relata a necessidade de consulta os estados onde ocorrerá os próximos encontros quanto a disponibilidade e a presidente do Conanda sugere que cada local possa articular se necessárias mudanças sem a necessidade de voltar para plenária e só informar a mudança. Após esses esclarecimentos foi aprovada por unanimidade as datas das caravanas. A presidente do Conanda relata a necessidade da articulação com a Flasco para garantir que os conselheiros representantes das comissões posam está na data desse encontro que antecede a assembleia ordinária ou se possível todos que se dispuserem.

Encaminhamento/deliberações:

1. Aprovação da resolução que institui a Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências após a análise da área jurídica do MDH.
2. Aprovação da resolução que aprova o documento Orientações para Participação com Proteção do Comitê de Participação de Adolescentes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
3. Aprovação da resolução que dispõe sobre a convocação dos Conselhos Estaduais e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente para escolha e indicação de adolescentes que comporão o Comitê de Participação de Adolescentes – CPA, em conformidade com o disposto na Resolução nº 191/2017

18h00: Encerramento da 263ª Assembleia Ordinária do Conanda.